

O Constitucional

Primeiro jornal diário de São Paulo

Periódico fundado em 1853, a princípio bissemanal e, mais tarde, diário. Até o número 87, trazia parte oficial com expediente e despachos da Assembleia Legislativa Provincial, editais e, também, uma parte literária e comercial com declarações, crônicas políticas e anúncios comerciais. A partir do número 88, passou a publicar apenas os debates da Assembleia Provincial. Apresentava regularmente balanço e estatística da instrução pública em São Paulo.

De fato é esse o primeiro jornal diário de São Paulo; mas isso durante um curto período: de 2 de março de 1854 até 25 de maio de 1854, sendo que depois volta a ser bissemanal, como era no início.

É provável que tenha encerrado as suas atividades com a publicação do exemplar de número 208, de 8 de novembro de 1854.

Se isso for exato, o Arquivo Público do Estado de São Paulo possui a coleção completa de todos os exemplares do jornal *O Constitucional*.

Paulo Duarte, em seu livro *História da Imprensa em São Paulo*, registra o fato de que, após a publicação dos *Ensaio Litterarios do Atheneu Paulistano* (1847-1851), é digno de nota *O Constitucional*¹.

¹ “De importante, depois dessa revista altíssima para a época, só se registra na crônica jornalística de S. Paulo o aparecimento do primeiro jornal diário. Até então os mais assíduos saíam duas ou três vezes por semana, a maioria no entanto publicava-se ou semanal ou mensalmente. Em 1853, porém, aparece *O Constitucional*. Quanto tempo teria durado *O Constitucional*? Não se tem notícia, sabe-se apenas que, em 1861, havia outra folha com o mesmo nome, mas esta circulando apenas às quartas e aos sábados.” (DUARTE, Paulo. *História da Imprensa em São Paulo*. São Paulo: USP – CJE, 1972. p. 12).

O Farol Paulistano

Primeiro periódico impresso de São Paulo

O Farol Paulistano, publicado entre 1827 e 1832, foi o primeiro jornal paulista impresso que possuía gráfica própria e também o primeiro a publicar matéria oficial. Esse jornal tinha tendência liberal e foi redigido, entre outros, por Antonio Mariano de Azevedo Marques, conhecido por “Mestrinho”, professor de latim e retórica. Mestrinho fundou e dirigiu *O Paulista*, de fato o primeiro periódico paulista, tendo circulado de 1823 a 1824, embora fosse manuscrito por uma equipe de amanuenses.

José da Costa Carvalho – também redator de *O Farol Paulistano* – foi membro da Assembleia Constituinte Brasileira, pela Bahia; deputado por São Paulo na primeira, segunda e quarta legislaturas; presidente da Câmara dos Deputados e do Senado; membro da Regência Trina; diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, de 1835 a 1836; senador pela Província de Sergipe em 1838, tendo recebido o título de Barão de Monte Alegre em 1841; assumiu a presidência da Província de São Paulo em 20 de janeiro do mesmo ano e, ainda, recebeu o título de Visconde, em 1843; em 1849, tornou-se presidente do Conselho de Ministros e, em 1854, recebeu o título de Marquês.

Os exemplares de *O Farol Paulistano* que se encontram no Arquivo Público do Estado de São Paulo estão encadernados e representam aproximadamente 56% de todas as suas edições. O período abrangido por eles vai de setembro de 1827 a outubro de 1830, sendo que o jornal começou a circular em 7 de fevereiro de 1827 e se encerrou em meados de 1832². Esse periódico era, a princípio, semanal, e, posteriormente, passou a circular duas vezes por semana, sempre com quatro páginas, assim como muitos outros que o sucederam nessa fase inaugural da imprensa em São Paulo. O caráter “liberal” do jornal, indicado por Freitas Nobre, diz respeito às exigências da prometida constituição outorgada por Dom Pedro I em 1824, bem como o cumprimento das leis constitucionais³.

² É o que indica José Freitas Nobre em sua *História da Imprensa em São Paulo* (São Paulo: Ed. Leia, 1950); o que contradiz o registro de Affonso A. de Freitas (cf. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1915), que assinala o ano de 1833 como de término.

³ Outra indicação do caráter liberal do jornal está relacionada à sua legenda em francês (o seu lema): “La liberté est une enclume que usera tous les marteaux”, cuja tradução livre é: “A liberdade é uma bigorna na qual podem ser usados todos os malhos”. Para Affonso A. de Freitas, o “programa” do *Farol* era a defesa de ideais políticos (p.16).

O Tebyreçá

Relator dos acontecimentos da revolta liberal de Sorocaba

Jornal liberal e de periodicidade irregular, publicado a partir de 1842, ano em que ocorreu a revolta liberal de Sorocaba. Foi impresso sob os auspícios de duas tipografias, a Costa da Silveira e a Silva Sobral, para que fosse possível a sua publicação regular.

O periódico procurava informar a respeito dos acontecimentos ocorridos em Sorocaba, mas era publicado na Capital Paulista. Além de trazer informações oficiais de Sorocaba, publicava artigos de opinião e extratos de outras publicações.

Seus redatores eram Gabriel Rodrigues dos Santos, Pinto Júnior e o próprio Rafael Tobias de Aguiar, aclamado pela Câmara Municipal de Sorocaba e Presidente da Província de São Paulo. Muitos dos redatores de *O Tebyreçá*⁴, esse jornal insubordinado à Corte e ao Marquês de Monte Alegre (aliás, José da Costa Carvalho), que pretendiam depor, também deram apoio à causa liberal e foram partícipes dessa revolta. Os liberais, em sua maioria paulistas, pleiteavam com urgência uma reforma na Constituição, arquitetada e apresentada como projeto de emenda constitucional que garantisse um maior poder e autonomia para as províncias.

Antes de surgir *O Tebyreçá*, havia somente o jornal *O Publicola*, de Antônio Pereira Pinto, como órgão apoiador da causa liberal que combatia a possibilidade de os conservadores ascenderem ao poder no início do Segundo Reinado.

Em 1842 também surge o primeiro periódico do interior paulista, um jornal intitulado *O Paulista*, justamente em Sorocaba, devido à importância de um veículo de comunicação naquele momento e à iniciativa do ex-Regente do Império, Padre Diogo Antonio Feijó, que lá se encontrava e teve um papel de grande importância no contexto dessa revolta liberal paulista.

⁴ Affonso A. de Freitas. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1915. p. 85.

O Tymbira

A Faculdade de Direito do Largo São Francisco contribuiu em muito para a história da imprensa em São Paulo, com a criação de diversos periódicos, como jornais e revistas, de reflexo imediato na vida política brasileira, sendo que vários governantes, desde o período imperial até o republicano, e presidentes da República também eram oriundos do curso de Ciências Jurídicas. Era na Faculdade de Direito que havia ambiente propício e intelectual para se discutir não somente política, como as mais avançadas ideias advindas do Velho Continente, a despeito da modéstia da São Paulo provincial que, na época, era um vilarejo pouco povoado e de uma maioria da população analfabeta.

De fato, tratava-se de uma elite não somente econômica e política, mas também intelectual, que muito contribuiu para o desenvolvimento da Capital paulista e do Império, pois foi criada com a finalidade de formar governantes, administradores públicos e quadros do Legislativo e do Judiciário. A Faculdade de Direito de São Paulo é o mais antigo curso superior do Brasil e foi criado por decreto imperial de Dom Pedro I, em 1827. Desde os seus primórdios, existe uma íntima relação desta com a história da imprensa paulista, pois reunindo a intelectualidade da época e futuros dirigentes políticos, muitos se tornaram criadores de periódicos dos mais variados, sendo que, geralmente, também eram os seus redatores e, desse modo, lançavam-se de imediato na vida pública. É sabido, entretanto, que até 1871 os periódicos acadêmicos pertenciam a grêmios literários de cunho político, que muitas vezes mantinham o anonimato para evitar represálias.

O Tymbira foi um desses jornais acadêmicos pioneiros. O seu primeiro número foi publicado em 5 de maio de 1860. Como na época não havia nenhum outro curso superior, os acadêmicos em questão eram estudantes de Direito do Largo de São Francisco, atual Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Provavelmente, mantinham o anonimato para poderem discutir com maior autonomia as suas ideias e defenderem os seus pontos de vista, entretanto, os seus redatores, sabe-se, eram os estudantes José Luiz Monteiro de Souza, Rodrigo Octavio, Henrique Limpo d'Abreu, J. Roquette Carneiro, A. O. Pinto Coelho e J. de Paiva Tavares, e, em 1861, Francisco Rangel Pestana, Theodomiro Alves Pereira Florencio, Carlos de Abreu e Silva e José Cesario de Faria Alvim.

Estima-se que tenha durado pouco mais de um ano, desaparecendo em 1861⁵.

⁵ Affonso A. de Freitas. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1915. p. 150.

O Paulista Official

Primeiro órgão oficial do governo paulista

A imprensa oficial de São Paulo, propriamente, é inaugurada com o advento de *O Paulista Official*, que inicia suas atividades em 1834⁶. Como diz o próprio nome, era um periódico governamental e tratava de questões da Província, sendo editado por Luiz Maria Paixão e impresso na tipografia de *O Farol Paulistano*. Em um primeiro período, era publicado às quintas e aos sábados todas as semanas. A propriedade do periódico, bem como a da tipografia de *O Farol Paulistano*, contudo, somente passou à Província com a promulgação da Lei Provincial número 01, de 9 de março de 1835.

De setembro a dezembro de 1835 passou a ser publicado às terças, quintas e sábados. A partir dos anos seguintes, *O Paulista Official* passou a ser publicado diariamente, menos aos domingos e em dias consagrados (como “dias santos” e “de guarda”), bem como durante os trabalhos legislativos provinciais. O mesmo jornal voltava a ser editado três vezes por semana no intervalo das sessões⁷.

O Paulista Official foi substituído por outro jornal oficial do Governo da Província, o *Paulista Centralizador*. Esse último era órgão bissemanal oficial, tendo sido iniciada a sua publicação em 14 de maio de 1838. Ele possuía as dimensões de 21x31cm e quatro páginas de duas colunas. Nele, publicavam-se atos oficiais do Governo e trabalhos do Legislativo, basicamente.

Antes de *O Paulista Official* surgir, houve o *Novo Farol Paulistano*, que começou a ser publicado em 1831. Era um periódico bissemanal publicado às terças e quintas e “semioficial”, pelo fato de publicar, em parte, conteúdo oficial, segundo Affonso A. de Freitas; foi publicado até 14 de novembro de 1834 (edição n. 314), sendo que, a partir de então, não teve mais publicações oficiais inseridas em seu corpo, as quais passaram a ser feitas por *O Paulista Official*, que iniciou suas atividades em 19 de novembro de 1834. Desde então, *O Novo Farol Paulistano* tornou-se um semanário independente publicado apenas às quartas.

⁶ O periódico trazia em epígrafe, como lema (conforme o costume da época), os seguintes dizeres em latim: “Maledictus qui errare facit caecum in itinere.” (Deuteronomio, cap. 27, vers. 18: “Maldito aquele que faz um cego errar em seu caminho.”). Em sua nova fase, a epígrafe foi substituída por uma máxima de Achille Murat: “Il est juste, en effet, que les affaires qui interessant la totalité des citoyens soient comunes de chacun d’eux dans tous de tails.” (“É justo, com efeito, que os assuntos que interessam à totalidade dos cidadãos sejam comuns a cada um deles em todos os aspectos.”).

⁷ O seu primeiro número, segundo a *Chronologia Paulista*, de Jacintho Ribeiro, surgiu em 23 de outubro de 1834.